



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
Departamento de Contabilidade

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Prefeitura Municipal de Taubaté é um órgão com personalidade jurídica de direito público, do Estado de São Paulo, que consolidou sua Lei Orgânica Municipal na data de 3 de abril de 1990. Com sede na Av. Tiradentes, Jd. Nações, 520, Taubaté/SP.

As Demonstrações Contábeis deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Informatizado de Orçamento Público (SIOP), fornecido pela empresa Ethereum Technology Eireli e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todas as secretarias e fundos constantes nestas notas explicativas.

As Demonstrações Contábeis têm por objetivo principal fornecer, aos diversos usuários, informações que subsidiem os processos decisórios, a prestação de contas e a responsabilização (accountability) realizada durante o exercício de 2022. Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico financeira da Prefeitura Municipal de Taubaté.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas se referem ao exercício financeiro de 2022, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrange, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCTSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 9ª edição).

2 – RELAÇÃO NOMINAL DOS ÓRGÃOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE ACORDO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2022.

Secretaria De Gabinete
Sec. De Governo E Relações Institucionais
Secretaria De Esportes, Lazer E Qualidade De Vida
Secretaria De Planejamento
Sec. De Desenvolvimento, Inovação E Turismo

Secretaria De Finanças
Secretaria De Saúde
Sec. De Desenvolvimento E Inclusão Social
Secretaria De Obras
Secretaria De Serviços Públicos
Sec. Segurança Publica Municipal
Secretaria De Educação
Secretaria De Cultura E Economia Criativa
Secretaria De Meio Ambiente E Bem Estar Animal
Procuradoria Geral Do Município
Secretaria De Mobilidade Urbana
Secretaria Municipal De Justiça E Cidadania
Secretaria De Habitação
Secretaria De Administração

3 – BASE DE INFORMAÇÕES

As Demonstrações Contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000, e também as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas a elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público (NBC TSP Estrutura Conceitual).

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas Demonstrações Contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

4 – PROCESSO DE CONVERGÊNCIA E IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

O Brasil iniciou o processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards - IPSAS) devido às diversas transformações no cenário mundial. Este processo visa a adoção de regras e

procedimentos contábeis sob uma mesma base conceitual visando a comparabilidade da situação econômico-financeira de vários países ou de entidades do setor público nacionais e/ou internacionais.

Para iniciar a convergência no âmbito do setor público, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria nº 184/08, que dispõe sobre os procedimentos, práticas e divulgação das demonstrações contábeis convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A mesma portaria determinou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a responsabilidade do desenvolvimento de ações para tais mudanças, sendo publicado desde então o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), que em sua 9ª edição, aborda os aspectos orçamentários, patrimoniais e fiscais de Contabilidade Pública através dos Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO), Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP), Procedimentos Contábeis Específicos (PCE), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

Com base no que dispõe a mencionada portaria, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou em 2008 as dez primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Dando continuidade à convergência as IPSAS, o CFC, optou por convergir as normas brasileiras de maneira escalonada: publicou em 2016 a NBC TSP - Estrutura Conceitual, bem como as primeiras cinco normas convertidas; em 2017 publicou cinco normas convergidas; em 2018 publicou mais onze normas convergidas; em 2019 publicou mais cinco normas; e em 2020 publicou mais 3 normas. Consolidando o processo das informações contábeis das entidades do setor público.

5 – MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), sendo demonstrado pelo valor nominal de cada conta.

6 – AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão e divulgação no dia 30/06/2022 pelo Secretário Municipal de Finanças (SEFI).

7 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalente de Caixa

As disponibilidades estão mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita à conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis, sendo que as atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Investimentos e Aplicações Temporárias

Referem-se às aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da entidade e estão registradas pelos valores de custo, acrescidas das atualizações até a data das demonstrações financeiras. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

d) Estoques

Referem-se aos valores dos bens adquiridos pela entidade, com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades e para distribuição pelo Município em atendimento da sociedade e estão avaliados pelo preço médio ponderados das compras, conforme Inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/64.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições ou construção, conforme preceitua o artigo 106, II, da Lei nº 4320/64. Os ganhos e perdas em alienações foram determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado do exercício.

f) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

O Município de Taubaté está aprimorando os controles patrimoniais a fim de definir procedimentos para possibilitar a reavaliação e redução ao valor recuperável dos bens

patrimoniais, de forma a atender o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), nos prazos determinados pela Portaria STN nº 548/2015. O processo se encontra em fase de aprimoramento do sistema informatizado e integração com outros sistemas.

g) Depreciação, amortização e exaustão

Com a contratação da empresa de Sistema Informatizado, o processo de Depreciação, amortização e exaustão se encontram em fase de aprimoramento do sistema informatizado e integração com outros sistemas de forma a atender as exigências estabelecidas pelo STN através do MCASP.

h) Valores Restituíveis

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros com vencimento até o fechamento do exercício. O registro contábil das retenções ocorre na conta valores restituíveis no momento do pagamento do fornecedor.

i) Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas observando ao regime de competência e às NBCs TSP.

j) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

8 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial (BP) está apresentado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição, sendo composto pelo Quadro Principal, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/64), Quadro das Contas de Compensação e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro segregado por Fonte/Destinação de Recurso.

a) Ativo

O Ativo da Prefeitura em 31/12/2022 totalizou um montante de R\$ 1.585.514.862,07.

O Ativo Circulante, de curto prazo, que engloba os elementos patrimoniais disponíveis para realização imediata ou com expectativa de realização até o término do exercício seguinte, alcançou a soma de R\$ 26.619.138,00, correspondente a 1,68% do total do Ativo.

Destaca-se nesse grupo Caixa e Equivalentes de Caixa que totalizou R\$ 48.879.873,87, correspondente a 3,08%

O Ativo Não Circulante, de longo prazo, que contém os elementos cuja expectativa de realização extrapola o término do exercício seguinte, totalizou R\$ 1.468.810.983,92, equivalente a 92,63% do Ativo Total. Destacam-se nesse grupo Realizável a Longo Prazo, que somou R\$ 715.151.023,37, representando 45,11% do Ativo Total; e o Imobilizado, cuja soma foi de R\$ 753.432.110,35, correspondente a 47,52%.

O Ativo em 2022 ficou assim distribuído:

Contas	2022	AV
Ativo Circulante	116.703.878,15	7,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	48.879.873,87	3,08
Créditos a Curto Prazo	26.619.138,00	1,68
Estoques	41.204.866,28	2,60
Ativo Não Circulante	1.468.810.983,92	92,64
Realizável a Longo Prazo	715.151.023,37	45,11
Imobilizado	753.432.110,35	47,52
Intangível	227.850,20	0,01
Total do Ativo	1.585.514.862,07	100%

Nota: AV= Análise Vertical: Representa o percentual de cada componente em relação ao total geral.

O Estoque de Dívida Ativa em 31/12/2022 totalizou um montante bruto de R\$ 704.266.045,07 que representa 98,47% do Realizável a Longo Prazo, sendo R\$ 591.441.609,46 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 112.824.435,61 de Dívida Não Tributária,.

Ainda sobre a Dívida Ativa, considerando a possibilidade de perda no recebimento de créditos, é estimado um valor e lançado na conta "Ajustes de Perdas de Créditos e Valores", e o valor apresentado foi de R\$ -20.054.932,21, que é resultado da soma de R\$ -3.548.245,06 do exercício de 2021 mais R\$ -16.506.687,15 que se refere ao exercício de 2022. Entretanto,

para fins de análise, deverá ser considerado somente o valor de R\$ -16.506.687,15 para o exercício de 2022, que representa 2,34% do Total da Dívida Ativa.

b) Passivo e Patrimônio Líquido:

O Passivo e o Patrimônio Líquido em 31/12/2022 totalizaram R\$ 1.585.514.862,07.

O Passivo Circulante, que corresponde a valores exigíveis até o final do exercício seguinte; ou valores de terceiros ou retenção em nome deles, independentes do prazo de exigibilidade, somou R\$ 136.776.857,61, representando 8,63% do total do passivo e patrimônio líquido. Nesse grupo destacam-se Obrigações Tributárias, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo que totalizou R\$ 43.897.884,41, correspondente a 2,77%, e Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo que somou R\$ 42.053.268,21 equivalendo a 2,65%.

O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 996.139.567,10 equivalente a 62,83%.

Contas	2022	AV
Passivo Circulante	136.776.857,61	8,63
Obrigações Trabalhistas, Previd., Assist. à Pagar a Curto Prazo	43.897.884,41	2,77
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.359.556,33	0,09
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	42.053.268,21	2,65
Demais Obrigações a Curto Prazo	49.466.148,66	3,12
Passivo Não Circulante	452.598.437,36	28,55
Obrigações Trabalhistas, Previd., Assist. a Pagar a LP	106.407.649,33	6,71
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	313.811.796,21	19,79
Fornecedores a Longo Prazo	3.663.116,10	0,23
Demais Obrigações a Longo Prazo	28.715.875,72	1,81
Total do Passivo	589.375.294,97	37,17
Patrimônio Líquido	996.139.567,10	62,83
Resultado do Exercício	- 237.320.923,64	-14,97
Resultado de Exercícios Anteriores	1.233.460.490,74	77,80
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.585.514.862,07	100%

Nota: AV= Análise Vertical: Representa o percentual de cada componente em relação ao total geral.

c) Resultado Patrimonial – Lei 4.320/64

O quadro a seguir evidencia o resultado patrimonial de 2022, que foi igual a R\$ 996.139.567,10 e demais resultados, considerando as classificações dos grupos em Financeiro e Permanente, nos termos da Lei 4.320/64, a saber:

Grupos	2022	2021	Diferença	AH %
Financeiro				
Ativo Financeiro	71.308.725,91	230.984.964,73	-159.676.238,82	-223,92
Passivo Financeiro	262.310.264,38	308.929.163,06	-46.618.898,68	-17,77
Resultado	-191.001.538,47	-77.944.198,33	-113.057.340,14	59,19
Permanente				
Ativo Permanente	1.514.206.136,16	1.621.998.432,79	-107.792.296,63	-7,12
Passivo Permanente	454.914.237,01	427.041.695,33	27.872.541,68	6,13
Resultado	1.059.291.899,15	1.194.956.737,46	-135.664.838,31	-12,81
Patrimonial				
Ativo Total	1.585.514.862,07	1.852.983.397,52	-267.468.535,45	-16,87
Passivo Total	589.375.294,97	619.522.906,78	-30.147.611,81	-5,12
Resultado	996.139.567,10	1.233.460.490,74	-237.320.923,64	-23,82

Nota: AH = Análise Horizontal: Representa a diferença percentual do exercício atual em relação ao exercício anterior.

9 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário (BO), de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias está apresentado em notas explicativas integrante da própria demonstração.

A apropriação da Receita Orçamentária está apresentada pela arrecadação e da Despesa Orçamentária pela emissão do empenho, respeitando-se o Regime Orçamentário preconizado no art. 35 da lei 4.320/64.

No Balanço Orçamentário, na coluna “Previsão Atualizada”, os valores em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA) foram atualizados em função dos reflexos da reestimativa de receita utilizada para abertura de Créditos Adicionais e novas naturezas de receitas. No caso das Despesas, na coluna “Dotação Atualizada”, os valores, em relação à LOA, representam às dotações iniciais e os Créditos Adicionais abertos ou reabertos no exercício, deduzidas as anulações, cancelamentos ou remanejamentos correspondentes.

a) Alterações Orçamentárias

Durante a execução do orçamento houve necessidade de ajuste na programação orçamentária originalmente aprovada pelo Poder Legislativo, através da Lei Orçamentária Anual. As alterações na programação original do orçamento foram realizadas utilizando-se da abertura de créditos adicionais, devidamente autorizados pelo Poder Legislativo, nos termos exigidos no art. 43 da Lei nº 4.320/64 e art. 167 da Constituição Federal. No exercício financeiro de 2022 as alterações orçamentárias decorrentes da abertura de créditos adicionais têm a seguinte composição:

Alterações Orçamentárias			
Descrição	Superávit Financeiro	Excesso de Arrecadação	Anulação de Dotações
Crédito Adicional	84.982.337,83	53.574.773,21	720.805.808,37

Os créditos adicionais são utilizados como mecanismos de retificação do orçamento, consistindo em “autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente adotadas na lei do orçamento”, conforme dispõe no art. 40 da Lei 4.320/64.

Esclarece-se que nos créditos abertos com base no superávit financeiro não se efetua novo registro de Receitas, tendo em vista que estas tiveram sua escrituração no exercício em que foram arrecadadas, conforme dispõe o art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Ressalta-se ainda que, o superávit financeiro tratado neste tópico está relacionado aos recursos financeiros localizados em conta bancária que foram transferidos ao próximo exercício. Não se trata de Resultado Financeiro obtido no Balanço Patrimonial que é utilizado na análise geral do patrimônio quanto ao comprometimento dos recursos públicos.

Entende-se por excesso de arrecadação, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (art. 43 §3º da Lei 4.320/64)

Compreende-se Anulação de Dotações Total ou Parcial, o cancelamento de valores considerados excedentes com o objetivo de adicioná-las àquelas consideradas insuficientes.

Destaca-se que na utilização dos recursos decorrentes das citadas origens observaram-se o disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, sendo suplementadas as fontes de recursos de acordo com as respectivas vinculações constitucionais, legais e contratuais.

b) Inscrições de Restos a Pagar

Os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício financeiro, sendo classificados como Restos a Pagar Processados e Não Processados.

Os Restos a Pagar Processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento. Por sua vez os Restos a Pagar Não Processados correspondem às despesas empenhadas e que não foram liquidadas até 31 de dezembro.

A execução orçamentária do Município, no exercício financeiro de 2022, resultou na inscrição de Restos a Pagar no montante de R\$ 165.962.763,95, sendo R\$ 54.017.343,19 processados e R\$ 111.945.420,76 não processados.

c) Execução de Restos a Pagar Inscrições em Exercício Anteriores

O saldo dos Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores, apresentou um saldo no valor de R\$ 293.890.613,02, a título de processados R\$ 176.354.416,27, como não processado R\$ 116.447.951,61 e não processado liquidado R\$ 1.088.245,14.

No exercício de 2022, esse saldo de restos a pagar sofreu modificações conforme evidenciado a seguir:

Saldo Restos à pagar	Cancelado no Exercício	Liquidado no	% no Exercício	Total à Liquidar em 2023
Em 2022		Exercício de 2022		
293.890.613,02	-91.183.298,83	186.816.778,13	92,16%	15.890.536,06
Saldo Restos à pagar	Cancelado no Exercício	Pago no Exercício	% no Exercício	Total à Pagar em 2023
Em 2022		de 2022		
293.890.613,02	-91.183.298,83	177.269.594,10	87,45%	25.437.720,09

d) Resultado Orçamentário

No exercício financeiro de 2022 o município arrecadou receitas orçamentárias o total de R\$ 1.337.817.628,35 e receitas financeiras de R\$ 2.305.577,98. Empenhou despesas orçamentárias no montante de R\$ 1.430.775.847,03 e despesas de transferência financeira de R\$ 35.000.088,00, registrando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 125.652.728,70.

10 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, e foi elaborado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição. Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

a) Ingressos Orçamentários

Os ingressos orçamentários registrados no Balanço Financeiro igualam-se ao montante da receita evidenciada no Balanço Orçamentário e sua classificação por fonte de recursos possui os seguintes detalhamentos.

Descrição	Ingressos	
	2022	AV
Receita Orçamentária	1.441.398.139,07	58,59
Ordinária	572.457.643,73	23,27
Vinculada	868.940.495,34	35,32
Alienação de bens	1.266.750,00	0,05
CIDE	179.514,60	0,01
Educação	540.596.109,36	21,97
Saúde	245.928.192,79	10,00
Transito	18.673.203,58	0,76
Assistência Social	6.445.523,22	0,26
Convenio com Recursos Ordinários	49.073.681,86	1,99
Transferências Especiais da União	6.777.519,93	0,28
Deduções	- 103.580.510,72	-4,21
Transferências Financeiras Recebidas	2.305.577,98	0,09
Recebimentos Extraorçamentários	903.984.911,10	36,75
Saldo do Exercício Anterior	216.043.123,91	8,78
Total	2.460.151.241,34	100%

Nota: AV = Análise Vertical: determina a porcentagem de cada conta, ou grupo de contas, em relação ao total.

A Receita Orçamentária totalizou R\$ 1.441.398.139,07, equivalente a 58,59% do total, sendo que a Receita Ordinária somou R\$ 572.457.643,73.

No que tange à Receita Vinculada, totalizou R\$ 868.940.495,34, destes os recursos mais significativos foram destinados a Educação no percentual de 21,97%; e à Saúde o equivalente 10%.

As Transferências Financeiras Recebidas representaram 0,09% do total, e os Recebimentos Extraorçamentários o equivalente a 36,75%. O Saldo do Exercício Anterior somou R\$ 216.043.123,91.

Descrição	Dispêndios	
	2022	AV
Despesa Orçamentária	1.430.775.847,03	58,16
Ordinária	412.265.719,33	16,76
Vinculada	1.018.510.127,70	41,40
Alienação de bens	1.253.935,67	0,05
CIDE	33.433,08	0,00
Educação	449.676.094,01	18,28
Saúde	449.488.843,01	18,27
Transito	13.588.733,71	0,55
Assistência Social	37.081.971,56	1,51
Convenio com Recursos Ordinários	64.553.559,50	2,62
Transferências Especiais da União	2.833.557,16	0,12
Transferências Fin. Concedidas	35.000.088,00	1,42
Pagamentos Extraorçamentários	945.495.432,44	38,43
Saldo para o Exercício Seguinte	48.879.873,87	1,99
Total	2.460.151.241,34	100%

Nota: AV – Análise Vertical: determina a porcentagem de cada conta, ou grupo de contas, relação ao total.

A Despesa Orçamentária totalizou R\$ 1.430.775.847,03, equivalente a 58,16% do total, sendo que a Despesa Ordinária somou R\$ 412.265.719,33.

No que tange à Despesa Vinculada, que totalizou R\$ 1.018.510.127,70, os gastos mais significativos foram os destinados à Educação no percentual de 18,28%; e a Saúde o equivalente a 18,27%.

As Transferências Financeiras Concedidas (Repasse efetuados a Câmara Municipal) representaram 1,42% do total, e os Pagamentos Extraorçamentários o equivalente a 38,43%.

O saldo da disponibilidade financeira apresentada pelo Balanço Financeiro em 31/12/2022 foi de R\$ 48.879.873,87.

11 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP – evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, através da confrontação entre as variações aumentativas e diminutivas, indicando o resultado patrimonial do exercício.

Em 2022, as variações patrimoniais aumentativas somaram R\$ 1.753.615.843,41, enquanto as variações patrimoniais diminutivas totalizaram R\$ 1.990.936.767,05.

Merecem destaque nas variações patrimoniais aumentativas as Transferências e Delegações Recebidas, que totalizaram R\$ 898.227.261,31, representando 51,22% do total; e Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria que somaram R\$ 348.000.170,05, equivalente a 19,84%.

Nas variações patrimoniais diminutivas destacamos o Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, que totalizaram R\$ 650.056.217,07, equivalente a 32,65% do total; e Pessoal e Encargos, que somaram R\$ 598.516.738,35, representando 30,06%.

O resultado patrimonial do exercício de 2022 apresentou déficit no valor de R\$ 237.320.923,64.

A Demonstração das Variações Patrimoniais apresentou a seguinte composição:

Descrição	2022	AV
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.753.615.843,41	100%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	348.000.170,05	19,84
Contribuições	17.029.608,94	0,97
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	10.488.814,98	0,60
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	59.213.899,73	3,38
Transferências e Delegações Recebidas	898.227.261,31	51,22
Valorização e Ganhos com Ativos	86.119.779,83	4,91
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	334.536.308,57	19,08
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.990.936.767,05	100%
Pessoal e Encargos	598.516.738,35	30,06
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.568.866,20	0,33
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	650.056.217,07	32,65
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	245.109.976,78	12,31
Transferências e Delegações Concedidas	247.762.211,37	12,44
Desvalorização e Perda de Ativos	17.933.580,04	0,90
Tributárias	12.286.071,07	0,62
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	212.703.106,17	10,68
Resultado Patrimonial	- 237.320.923,64	

NOTA: AV = Análise Vertical: Representa o percentual de cada componente em relação ao total geral.

11 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC – apresenta a análise da capacidade da entidade para gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades, sendo composta pelos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apurando-se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.

A DFC da Prefeitura de Taubaté apresentou ao final do exercício de 2022 os seguintes fluxos responsáveis pela geração líquida de caixa e equivalente de caixa:

Descrição	R\$
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	- 81.308.672,58
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	- 58.177.657,26
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	- 27.676.920,20
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	- 167.163.250,04

Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa evidenciados pela DFC em 31/12/2022 foram:

Descrição	R\$
Caixa e Equivalente de caixa inicial	216.043.123,91
Caixa e Equivalente de caixa final	48.879.873,87

Os campos “Outros ingressos” e “Outros desembolsos” do fluxo operacional evidenciados pela DFC contemplam valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Exemplos: recebimentos e pagamentos extraorçamentários; retenções e transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente.

A linha “Caixa e Equivalente de Caixa Final” não contempla os valores de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados representados pelos saldos das contas “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”.

12 – CONCLUSÃO

O presente relatório de Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP – foi elaborado com o objetivo de apresentar informações relevantes no contexto

da gestão municipal, evidenciando de forma analítica a situação patrimonial do Município e as respectivas informações contábeis, a fim de tornar mais transparentes dados contidos nos Demonstrativos apresentados resultantes da gestão do exercício de 2022.